

TRANSFORMANDO A MEDICINA – SENSIBILIZAÇÃO DE ACADÊMICOS SOBRE A REALIDADE DA SAÚDE PÚBLICA PARA TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Henrique Otavio Coutinho Sanches¹; Kayo Silva Gustavo¹; Nathalie Abdallah Zahalan¹; André Luiz Malcher da Silva¹; Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto²

¹Graduação, ²Doutorado
Universidade Federal do Pará (UFPA)
riquesanches1@gmail.com

Introdução: No Brasil, no final da década de 1970, à medida que avançava o processo de redemocratização, surgiram diversos movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdade sexual. O Grupo Somos é reconhecido como precursor da luta homossexual, mas atualmente o movimento agrega lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pautando a homossexualidade como tema político. A expansão dessas ideias configura-se no denominado Movimento LGBT, cujas reflexões e práticas ativistas têm promovido importantes mudanças de valores na sociedade brasileira. Essas mudanças deram visibilidade política para os problemas, tanto da vida privada, como das relações sociais que envolvem as pessoas LGBT. A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e de adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. O Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e da Integralidade (2006), publicado pela Rede Feminista de Saúde, apresenta dados que evidenciam as desigualdades de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais. Com relação às mulheres que procuram atendimento de saúde, cerca de 40% não revelam sua orientação sexual. Entre as mulheres que revelam 28% referem maior rapidez do atendimento do médico e 17% afirmam que estes deixaram de solicitar exames considerados por elas como necessários. Com relação ao exame preventivo de câncer cérvico uterino (Papanicolau), o Dossiê cita dados da pesquisa realizada em 2002, pela Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, os quais demonstram que entre as mulheres heterossexuais a cobertura na realização desse exame nos últimos três anos é de 89,7%; já entre as lésbicas e as mulheres bissexuais a cobertura cai para 66,7%, mesmo entre pessoas com maior escolaridade e renda. Embora a epidemia da AIDS tenha provocado o sistema de saúde a focar suas prioridades também nas pessoas travestis e transexuais, conferindo certa visibilidade ao grupo, atualmente é conhecido que os problemas de saúde destes grupos são bem mais complexos e suas demandas são numerosas. A prostituição para as travestis significa não apenas sua sobrevivência financeira, mas também a possibilidade de pertencimento social, que lhes é negado em outros espaços, como foi explicitado por Benedetti (2005). Segundo o autor, é na rua que as travestis exercitam o feminino, a afetividade, as relações sociais, mas é também o espaço de consumo em geral, inclusive de drogas, de silicone industrial, de hormônios e de outros medicamentos. A rua e a prostituição acarretam também maiores riscos de contrair DST/AIDS e mais violência, o que torna esse grupo ainda mais vulnerável. Diante da complexidade da situação de saúde do grupo LGBT e, especialmente, diante da influência causada pela orientação sexual e pela identidade de gênero na determinação social e cultural da saúde é imprescindível o debate sobre a relação medico-paciente e a importância do médico na construção dessa relação desprovida de preconceitos.

Objetivos: Promover a sensibilização de acadêmicos da área de medicina sobre a realidade da saúde pública para Transexuais e Travestis por meio de depoimentos reais de pacientes do grupo. Esclarecer os motivos que os afastam de um tratamento igualitário e adequado aos seus direitos. Compreender as diferenças entre a visão Clínica Tradicional

a transgêneros (patologizante) e a Visão Clínica Identitária (inclusiva). Reduzir casos de transfobia no ambiente de saúde. Garantir uma futura atenção integral a saúde de transsexuais e de travestis, visando a diminuição da discriminação – a qual é potencializada durante o processo de doença. **Descrição da Experiência:** A campanha foi dividida em duas etapas: uma capacitação e uma ação. Durante a capacitação, ocorrida no dia 04 de maio de 2016, pessoas transsexuais e atuantes na causa deram depoimentos de suas vivências e informaram a respeito de conceitos, como gênero e orientação sexual. Nela, experiências vivenciadas pelo público trans - preconceito, discriminação e omissão de seus direitos – foram somadas ao conhecimento dos estudantes quanto à relação médico-paciente e aos direitos e dificuldades sofridas, principalmente, pelo público transsexual. Na ação ocorrida no dia 07 de maio de 2016, os estudantes utilizaram um questionário, feito pela coordenação da campanha, para formular uma opinião conjunta sobre os tópicos abordados na capacitação, tornando o conhecimento mais sólido e o mais uniforme possível. Após a realização do questionário, o mesmo foi debatido em mesa redonda para, desta forma, discutir o assunto e resolver problemáticas pessoais e profissionais. A campanha atingiu cerca de 30 estudantes de medicina da Universidade Federal do Pará, com idade variando entre 17 e 25 anos, em média. Foi realizada no Instituto de Ciências da Saúde da UFPA, em uma sala de aula comum, onde todos os participantes (alunos da faculdade ou não) se reuniram para discutir o tema. **Resultados:** A campanha promoveu a sensibilização, a instrução e o esclarecimento de informações acerca da realidade da saúde para Travestis e Transsexuais no Brasil. A capacitação com a Psicóloga Francisca das Graças Vidigal Melo, coordenadora do Ambulatório TT (Travesti e Transsexual) do Pará, permitiu a apresentação profissional do processo transsexualizador e as etapas para atingi-lo, com ênfase na hormonoterapia e no acompanhamento profissional humanizado aos pacientes. Além disso, o capacitador José Roberto Chaves Paes, ativista e Secretário da Região Norte da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), viabilizou a compreensão de termos técnicos indispensáveis para uma maior compreensão do assunto, como Identidade de Gênero, Expressão Sexual, Sexo Biológico e Orientação Sexual. Por fim, a capacitadora Renata Taylor de Andrade, em conjunto com outros militantes transsexuais, puderam expor os seus pontos de vista sobre o assunto e apresentar suas experiências na rede de saúde. No momento da ação, os acadêmicos conseguiram responder dúvidas remanescentes a respeito do assunto com vídeos instrucionais. No momento final, um debate possibilitou o compartilhamento de posicionamentos entre os estudantes quanto a experiência do TRANSformando a Medicina e as mudanças que a ação possibilitou na sua vida pessoal e acadêmica. A campanha resultou na quebra de paradigmas na mentalidade médica tradicional, além da promoção de uma visão mais inclusiva aos acadêmicos. Futuramente, espera-se que ela possa contribuir para um atendimento clínico mais humano para Transsexuais e para Travestis e os estimulem a recorrer a métodos mais seguros em seu processo de transição. **Conclusão/Considerações Finais:** A falta de educação médica/social a respeito do universo relacionado à identidade de gênero e orientação sexual corroboram, profundamente, com a manutenção do estado de negligência do direito humano à saúde de populações não-binárias. Com base nisso, ações como o TRANSformando a medicina são extremamente necessárias, tendo em vista seu imenso potencial de combate ao preconceito e à discriminação, pois criou um ambiente para a desconstrução de ideias - as quais poderiam gerar ações LGBTfóbicas – e para a sedimentação de condutas adequados no âmbito dos direitos humanos. Vale lembrar, que há um árduo caminho no sentido da humanização e da conscientização médica quando se trata de populações culturalmente estigmatizadas, a ausência de profissionais qualificados e de protocolos de atendimento claros dificultam

o acesso desses a saúde. No entanto, o diálogo, a compreensão, o empoderamento e a compaixão podem facilitar todo esse processo, tal fato gera esperança com relação ao futuro do serviço médico ofertado a tal população.

Referências:

1. BENEDETTI, Marcos Renato. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005
2. REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte, 2006.
3. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Brasília – DF, 2013. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> acesso em: abril,2016>